

EDUCAÇÃO E SAÚDE: Conhecimento de Adolescentes sobre dupla prevenção para ISTs e gravidez

EDUCATION AND HEALTH: Adolescents' knowledge about dual prevention of stis and pregnancy

Ariane Oliveira da Silva¹

Lauane Aparecida da Silva Araújo²

Jonas Isac da Rosa³

Silvia Mara Tasso⁴

Bruna Leonel Carlos⁵

Resumo: O presente artigo discute a importância da integração entre educação e saúde na promoção do conhecimento de adolescentes sobre a dupla prevenção, com foco na prevenção simultânea de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez não planejada. A partir de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, foram analisadas produções científicas que abordam a sexualidade na adolescência, destacando os desafios enfrentados por jovens no acesso à informação, no exercício da autonomia e na construção de práticas seguras. Evidencia-se que, embora haja certa familiaridade com métodos contraceptivos, persistem lacunas significativas entre o saber e a prática preventiva. A escola surge como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações educativas eficazes, porém ainda enfrenta barreiras estruturais e culturais que dificultam o pleno acolhimento da temática. Ao reconhecer os adolescentes como sujeitos de direitos, o artigo propõe uma reflexão crítica sobre os caminhos possíveis para a formação de uma

1 Graduando do curso de medicina (UNIVÁS), E-mail.: estudoariane27@gmail, <http://lattes.cnpq.br/5245332689461053>

2 Graduando do curso de fisioterapia (UNIVÁS), E-mail: lauanelasilvaraujo@gmail.com, <https://lattes.cnpq.br/8548297344873044>

3 Doutorando em Ciências Aplicadas a Saúde (UNIVÁS). Pouso Alegre/MG, Brasil, E-mail: jonasisac.fisio@univas.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/6144582957564019>.

4 Doutoranda em Educação Conhecimento e Sociedade (UNIVÁS). Pouso Alegre/MG, Brasil, E-mail: silviamara@univas.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/3293885790354842>.

5 Doutora em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ USP, E-mail: bruna.leonel@univas.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/4702509952258242>.

juventude informada, consciente e amparada por políticas públicas intersetoriais.

Palavras-chave: adolescência; sexualidade; dupla prevenção; educação em saúde, Educação, conhecimento e formação.

Abstract: This article discusses the importance of integrating education and health in promoting adolescents' knowledge about dual prevention, focusing on the simultaneous prevention of sexually transmitted infections (STIs) and unplanned pregnancy. Using a qualitative and bibliographical approach, scientific productions that address sexuality in adolescence were analyzed, highlighting the challenges faced by young people in accessing information, exercising autonomy, and developing safe practices. It is evident that, although there is some familiarity with contraceptive methods, significant gaps persist between knowledge and preventive practice. Schools emerge as a privileged space for the development of effective educational actions, but still face structural and cultural barriers that hinder the full acceptance of the topic. By recognizing adolescents as subjects of rights, the article proposes a critical reflection on the possible paths for the formation of an informed, aware youth supported by intersectoral public policies.

Keywords: adolescence; sexuality; dual prevention; health education.

INTRODUÇÃO

No período de descobertas da adolescência, a sexualidade surge como um dos principais e mais complexos campos de experiência, exigindo atenção e cuidado por parte das políticas públicas, das instituições educativas e dos serviços de saúde. A relevância deste estudo está justamente em discutir como a educação e a saúde podem

atuar de forma integrada para ampliar o conhecimento de adolescentes sobre a dupla prevenção, entendida como o uso simultâneo de métodos contraceptivos e preservativos, visando evitar tanto infecções sexualmente transmissíveis quanto a gravidez não planejada. Diante dos desafios enfrentados por jovens em contextos escolares, especialmente em comunidades com acesso limitado a informações e serviços de qualidade, torna-se urgente refletir sobre o papel da escola na promoção de saberes que fortaleçam o protagonismo juvenil.

O objeto deste artigo é o conhecimento e educação de adolescentes sobre a dupla prevenção, com foco na interface entre educação e saúde. Parte-se do problema de que, embora haja ampla divulgação sobre métodos preventivos, ainda persistem lacunas significativas na compreensão e na prática preventiva entre os adolescentes, o que evidencia a necessidade de intervenções educativas mais efetivas, acolhedoras e contextualizadas. O estudo tem como objetivo analisar, com base em evidências científicas e discussões atuais, como os jovens têm acessado, compreendido e vivenciado as informações sobre sexualidade e prevenção, considerando fatores sociais, escolares e culturais que atravessam suas escolhas e comportamentos.

A metodologia adotada é qualitativa e bibliográfica, com base em artigos científicos publicados nos últimos anos que abordam as temáticas de sexualidade, adolescência, educação sexual e saúde preventiva. A escolha por essa abordagem permitiu uma leitura crítica e aprofundada sobre a realidade dos adolescentes no Brasil, destacando as potencialidades e limites das ações voltadas para o cuidado e a promoção da saúde sexual e reprodutiva. Assim, o artigo busca contribuir para o fortalecimento de práticas intersetoriais e humanizadas que respeitem os direitos dos adolescentes e os reconheçam como sujeitos capazes de decidir sobre seus corpos e afetos.

1. CAMINHOS DO SABER E DO CUIDADO NA ADOLESCÊNCIA

A adolescência configura-se como uma fase de intensas transformações biológicas, emocionais e sociais, nas quais os jovens passam a lidar com questões relacionadas à sua sexualidade e saúde reprodutiva. Nesse contexto, torna-se essencial compreender a interseção entre o conhecimento, o cuidado e a prevenção, especialmente diante dos riscos de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e da gravidez precoce. A ausência de espaços educativos eficazes que abordem essas temáticas contribui para a vulnerabilidade dos adolescentes, comprometendo a construção de uma sexualidade segura e responsável (Araújo *et al.*, 2019).

O acesso ao conhecimento sobre contracepção ainda é desigual entre os adolescentes, especialmente aqueles inseridos em contextos socioeconômicos vulneráveis. Pesquisas evidenciam que, embora haja uma relativa familiaridade com métodos contraceptivos, isso não necessariamente se traduz em um uso regular e consciente, sendo o planejamento reprodutivo muitas vezes negligenciado ou postergado. A falta de orientação adequada, somada às pressões sociais e à ausência de diálogo nas famílias e nas escolas, tende a agravar o cenário da gravidez não planejada na juventude (Araújo; Nery, 2018).

A pesquisa ERICA trouxe à tona dados alarmantes sobre o início precoce da vida sexual e as fragilidades no uso de métodos contraceptivos por adolescentes brasileiros. Apesar da ampliação do debate sobre saúde sexual e reprodutiva, ainda persistem lacunas significativas entre o início da vida sexual e a adoção de práticas preventivas seguras. Essas discrepâncias refletem não apenas carências informacionais, mas também barreiras culturais, institucionais e familiares

que limitam a autonomia dos jovens sobre seus corpos (Borges *et al.*, 2016).

A sexualidade adolescente não pode ser tratada apenas como um risco ou um problema, mas como uma expressão legítima do desenvolvimento humano, que precisa ser acolhida por políticas públicas e práticas educativas sensíveis às questões de gênero e direitos. Nesse sentido, discutir contracepção envolve também considerar as dinâmicas afetivas, o exercício da liberdade sexual e a negociação de poder nas relações interpessoais. Essa articulação entre sexualidade, cuidado e gênero é fundamental para consolidar estratégias educativas que dialoguem com a realidade dos adolescentes (Cabral *et al.*, 2017).

A percepção dos adolescentes sobre sua sexualidade é atravessada por múltiplos fatores, como religião, tradição familiar e experiências escolares. Muitas vezes, os discursos sobre sexo são silenciados ou tratados de maneira superficial, gerando dúvidas e inseguranças que se refletem em práticas desinformadas. Estudos demonstram que os adolescentes desejam receber informações claras, respeitadas e livres de julgamentos, sobretudo nos espaços escolares, que são vistos como ambientes propícios ao cuidado compartilhado e à construção de saberes (Ferreira *et al.*, 2019).

Aspectos sociodemográficos, como idade, escolaridade e condição socioeconômica, influenciam diretamente no conhecimento contraceptivo e no comportamento sexual dos adolescentes. Dados revelam que adolescentes mais jovens ou com menor escolaridade tendem a ter menos acesso a informações de qualidade sobre prevenção, o que potencializa o risco de gravidez e ISTs. O cuidado com esses jovens, portanto, deve ir além da simples transmissão de informações, envolvendo estratégias de escuta, acolhimento e valorização de sua realidade (Lara *et al.*, 2018).

Apesar da ampla divulgação sobre métodos contraceptivos, muitos adolescentes ainda apresentam dúvidas sobre a eficácia, a forma de uso e os efeitos colaterais desses recursos. Além disso, o conhecimento muitas vezes não é suficiente para garantir a prática, sendo influenciado por fatores emocionais, relacionais e contextuais. O desafio, então, reside em transformar o saber técnico em cuidado *cotidiano*, que respeite a autonomia do jovem sem desconsiderar sua vulnerabilidade (Molina *et al.*, 2015).

A gravidez na adolescência é um fenômeno que expressa a articulação entre desigualdades sociais, lacunas educativas e limitações no acesso aos serviços de saúde. Estudos apontam que as regiões mais afetadas por esse fenômeno concentram-se em áreas marcadas por pobreza, baixa escolaridade e menor presença de políticas públicas efetivas. O enfrentamento dessa realidade exige a integração entre saúde, educação e assistência social, de modo a construir uma rede de proteção e orientação contínua (Nascimento *et al.*, 2021).

Os comportamentos de risco entre adolescentes, como o sexo desprotegido, o uso de álcool e outras substâncias psicoativas, geralmente ocorrem de forma simultânea, potencializando os danos à saúde sexual e reprodutiva. A abordagem da dupla prevenção precisa considerar essas interseccionalidades e promover estratégias integradas que não se limitem a conteúdos informativos, mas que envolvam mudanças estruturais nas práticas educativas e nas políticas públicas (Neves *et al.*, 2017).

É fundamental repensar a forma como a educação sexual é inserida nas instituições escolares, superando modelos normativos e moralizantes. A proposta deve ser dialógica, inclusiva e baseada em direitos, reconhecendo os adolescentes como sujeitos ativos no processo educativo. A produção de conhecimento sobre o próprio corpo, os

afetos e as relações interpessoais deve ser estimulada desde os primeiros anos escolares, de forma transversal e contínua (Sfair; Bittar; Lopes, 2015).

1.1 Entre Prevenção, Sexualidade e Autonomia Juvenil

A construção da autonomia juvenil no campo da sexualidade é um processo que demanda mais do que o repasse de informações sobre métodos contraceptivos ou ISTs. Ela exige o reconhecimento dos adolescentes como protagonistas de suas escolhas e responsáveis por seus corpos e desejos. Entretanto, esse protagonismo é frequentemente sufocado por discursos adultocêntricos que colocam os jovens em uma posição de passividade e subordinação, dificultando o acesso a um cuidado efetivo e humanizado (Araújo *et al.*, 2019).

Embora os adolescentes tenham alguma familiaridade com métodos contraceptivos, especialmente com o preservativo, esse conhecimento nem sempre é traduzido em prática. Estudos apontam que o uso irregular dos métodos está relacionado à falta de diálogo em casa, à insegurança nos relacionamentos e à ausência de acompanhamento por profissionais da saúde, evidenciando a distância entre o saber e o fazer. O conceito de dupla prevenção, que integra o uso simultâneo de preservativo e métodos contraceptivos para evitar tanto ISTs quanto a gravidez, ainda é pouco compreendido entre os jovens (Araújo; Nery, 2018).

A educação sexual, quando presente, tende a focar em aspectos biológicos, deixando de lado as dimensões afetiva, ética e social da sexualidade. Essa abordagem reduz a experiência sexual a um risco, quando na verdade ela envolve descobertas, vínculos e construção de identidade. A proposta de uma educação que promova a dupla prevenção deve ir além do medo, buscando dialogar com os significados que os adolescentes atribuem às suas vivências sexuais (Borges *et al.*, 2016).

Discutir prevenção com adolescentes é, também, abordar relações de gênero, poder e vulnerabilidade. As meninas, muitas vezes, carregam sozinhas a responsabilidade pela contracepção, ao passo que os meninos ainda são pouco cobrados quanto ao uso do preservativo. Essas assimetrias dificultam o exercício pleno da autonomia e revelam a urgência de práticas educativas que valorizem a equidade e o respeito mútuo nas relações sexuais e afetivas (Cabral, 2017).

O acesso ao cuidado em saúde sexual deve ser contínuo, acolhedor e livre de julgamentos. Contudo, muitos adolescentes ainda enfrentam barreiras como o medo do preconceito, a falta de privacidade nos serviços e o despreparo dos profissionais para lidar com as especificidades da juventude. A ausência de um ambiente seguro e confiável afasta os jovens dos serviços e contribui para decisões baseadas em informações incompletas ou equivocadas (Ferreira *et al.*, 2019).

A vivência da sexualidade é influenciada por determinantes sociais que extrapolam o campo da saúde, como a escolarização, o território e os vínculos familiares. Adolescentes em situação de maior vulnerabilidade social têm menos acesso a informações de qualidade, menos autonomia para decidir sobre sua vida sexual e menor possibilidade de dialogar com adultos de confiança. A autonomia juvenil, nesses contextos, precisa ser entendida como uma conquista coletiva, que depende do fortalecimento das políticas públicas (Lara *et al.*, 2018).

As estratégias de prevenção precisam considerar a diversidade de trajetórias dos adolescentes e suas diferentes formas de se relacionar com a sexualidade. Não há um modelo único de cuidado ou de abordagem, mas sim a necessidade de escuta qualificada e respeito às singularidades. O cuidado integral passa por reconhecer que cada jovem possui suas próprias referências culturais, emocionais e sociais, e que essas dimensões devem ser levadas em conta na formulação de ações preventivas (Molina *et al.*, 2015).

A variação geográfica dos índices de gravidez na adolescência revela desigualdades estruturais que afetam diretamente a autonomia dos jovens. Em muitas regiões, os serviços de saúde não oferecem métodos contraceptivos de forma constante, e o acesso à informação é restrito. O cuidado preventivo, nesses casos, precisa ser descentralizado e articulado com ações educativas nas escolas e nas comunidades, fortalecendo redes de apoio (Nascimento *et al.*, 2021).

A prevenção simultânea de ISTs e gravidez requer um olhar intersetorial, que una saúde e educação de forma estratégica. Essa articulação deve ocorrer de maneira permanente, com programas que respeitem os direitos dos adolescentes, incentivem o diálogo com as famílias e promovam o protagonismo juvenil. Mais do que transmitir normas, é preciso criar espaços de escuta, empatia e reconhecimento, nos quais os jovens possam refletir sobre suas escolhas e desenvolver senso crítico (Neves *et al.*, 2017).

Superar a abordagem punitiva e moralizante que ainda marca parte da educação sexual no Brasil é um desafio urgente. Os adolescentes precisam ser reconhecidos como sujeitos de direitos, com capacidade de decidir e refletir sobre suas práticas. Para isso, o investimento em formação docente, materiais educativos acessíveis e políticas públicas comprometidas com a justiça social é indispensável. Uma juventude bem informada é uma juventude mais livre, mais segura e mais saudável (Sfair; Bittar; Lopes, 2015).

2. JUVENTUDE FORMADA E SEXUALIDADE CONSCIENTE NO CONTEXTO ESCOLAR

A escola, como espaço privilegiado de socialização e formação crítica, exerce papel central na construção do conhecimento sobre sexualidade e saúde entre adolescentes. No entanto, nem sempre esse

ambiente se mostra preparado para tratar do tema com a profundidade e sensibilidade necessárias. A ausência de políticas pedagógicas efetivas, somada à resistência de parte da comunidade escolar, limita o alcance da educação sexual e enfraquece ações de prevenção a ISTs e gravidez precoce (Araújo *et al.*, 2019).

Mesmo com avanços legais e normativos que reconhecem o direito à informação em saúde, a temática da sexualidade ainda é frequentemente abordada de maneira superficial, normativa e desvinculada do cotidiano dos estudantes. A escola deveria atuar como mediadora do saber e promotora de autonomia, mas muitas vezes se esquia de discutir o desejo, o prazer e os afetos, elementos indissociáveis da vivência sexual e fundamentais para uma compreensão plena da prevenção (Araújo; Nery, 2018).

A produção de conhecimento no espaço escolar deve ser pautada pela escuta, pela valorização das experiências juvenis e pela abordagem transversal da sexualidade em todas as áreas do currículo. É essencial que os educadores estejam preparados para romper com tabus e lidar com temas como gênero, diversidade sexual, violência e direitos reprodutivos. Isso requer formação continuada, acesso a materiais de qualidade e suporte institucional para que o trabalho pedagógico seja efetivo (Borges *et al.*, 2016).

A promoção da sexualidade consciente passa pelo reconhecimento das desigualdades sociais que atravessam a vida dos estudantes. Não basta tratar de métodos contraceptivos de forma técnica se não houver espaço para problematizar, por exemplo, as relações desiguais de poder entre meninos e meninas, a cultura do machismo e a homofobia. Nesse sentido, o conhecimento escolar precisa dialogar com as realidades vividas pelos adolescentes, respeitando suas subjetividades e contextos (Cabral, 2017).

A escola que se compromete com a formação cidadã de seus alunos compreende que o acesso à informação em saúde é um direito fundamental. Quando bem conduzido, o debate sobre sexualidade não leva à iniciação precoce, mas sim à tomada de decisões mais responsáveis. Os adolescentes que se sentem acolhidos, ouvidos e respeitados tendem a desenvolver atitudes mais críticas e conscientes em relação ao cuidado com o próprio corpo e com o outro (Ferreira *et al.*, 2019).

Os dados revelam que adolescentes que recebem educação sexual sistematizada e de qualidade tendem a iniciar a vida sexual mais tarde, a usar preservativo com maior frequência e a buscar serviços de saúde de forma mais autônoma. O papel da escola, portanto, não se limita à transmissão de conteúdos, mas se estende à formação de sujeitos capazes de exercer sua sexualidade com liberdade, responsabilidade e segurança (Lara *et al.*, 2018).

Programas escolares que abordam a dupla prevenção (considerando ao mesmo tempo ISTs e gravidez) são mais eficazes quando integrados a ações interdisciplinares e a parcerias com os serviços de saúde. A educação sexual deve ser vista como um processo contínuo, adaptado às diferentes faixas etárias e às especificidades culturais de cada comunidade escolar, evitando abordagens pontuais ou descontextualizadas (Molina *et al.*, 2015).

É necessário superar a ideia de que a sexualidade é um tema exclusivo da disciplina de ciências ou da biologia. Para que a juventude se torne, de fato, informada e consciente, é preciso incorporar o debate de forma transversal, envolvendo todas as áreas do conhecimento e promovendo uma abordagem crítica, ética e emancipatória. Isso amplia as possibilidades de aprendizado e fortalece a relação dos estudantes com o saber escolar (Nascimento *et al.*, 2021).

Além dos conteúdos formais, é preciso considerar o papel das interações escolares na formação da sexualidade dos adolescentes. A escola é também um espaço de convivência, onde ocorrem experiências afetivas, relacionamentos e descobertas importantes. Portanto, o ambiente escolar precisa ser seguro, livre de discriminação e preconceito, para que os adolescentes se sintam confortáveis em compartilhar dúvidas e buscar apoio (Neves *et al.*, 2017).

Investir em políticas educacionais comprometidas com os direitos sexuais e reprodutivos é garantir que a juventude tenha meios para fazer escolhas mais informadas e conscientes. Isso implica reconhecer que falar de sexualidade na escola é, antes de tudo, um ato de cuidado, de compromisso com a vida e com o futuro das novas gerações. Formar uma juventude informada é preparar um país mais justo, saudável e equitativo (Sfair; Bittar; Lopes, 2015).

CONCLUSÃO

A trajetória da adolescência é marcada por descobertas, desafios e decisões que impactam diretamente a construção da identidade e o exercício da autonomia. Nesse percurso, o acesso a informações qualificadas sobre sexualidade, métodos contraceptivos e prevenção de ISTs torna-se essencial para que os jovens possam realizar escolhas conscientes e seguras. A educação e a saúde, quando integradas, oferecem caminhos potentes para o cuidado, respeitando as particularidades dessa fase da vida e promovendo a responsabilização sem culpabilização.

É na escuta, no acolhimento e na promoção do diálogo que se constrói uma base sólida para a educação sexual de qualidade. Ao reconhecer os adolescentes como sujeitos ativos em seus processos de aprendizagem e cuidado, amplia-se a efetividade das estratégias de prevenção, que deixam de ser apenas normativas para se tornarem

experiências significativas. A proposta da dupla prevenção ganha força quando incorporada a práticas pedagógicas comprometidas com a escuta sensível e com a vivência concreta dos estudantes.

Portanto, garantir uma juventude informada e consciente é um compromisso que deve ser assumido por todos os setores sociais. A escola e os serviços de saúde não podem agir de forma isolada, mas devem construir redes colaborativas que fortaleçam o protagonismo juvenil. Apostar em políticas públicas que articulem saber e cuidado é investir em um futuro no qual os adolescentes possam viver sua sexualidade de forma livre, segura e responsável.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rosália Teixeira de; COELHO, Edmeia de Almeida Cardoso; TEIXEIRA, Marizete Argolo; BARROS, Andiará Rodrigues; CARVALHO, Maria de Fátima Alves Aguiar; ALMEIDA, Mariza Silva. **Sexualidade e saúde sexual de adolescentes: interseção de demandas para o cuidado.** Revista Enfermagem UERJ, v. 27, p. e38440, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2019.38440>. Acesso em: 2 jun. 2025.

ARAÚJO, Anna Karolina Lages de; NERY, Inez Sampaio. **Conhecimento sobre contracepção e fatores associados ao planejamento de gravidez na adolescência.** Cogitare Enfermagem, [S. l.], v. 23, n. 2, 2018. DOI: 10.5380/ce.v23i2.55841. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/55841>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BORGES, Ana Luiza Vilela; FUJIMORI, Elizabeth; KUSCHNIR, Maria Cristina Caetano; CHOFAKIAN, Christiane Borges do Nascimento; MORAES, Ana Júlia Pantoja de; AZEVEDO, George Dantas et al. **ERICA: início da vida sexual e contracepção em adolescentes brasileiros.** Revista Saúde Pública, v. 50, supl 1, p. 15s, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S01518-8787.2016050006686>. Acesso em: 2 jun. 2025.

CABRAL, Cristiane da Silva. **Articulações entre contracepção, sexualidade e relações de gênero.** Saúde e Sociedade [online]. v. 26, n. 4, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902017000001>. Acesso em: 2 jun. 2025.

FERREIRA, Ediane de Andrade et al. **Sexualidade na percepção de adolescentes estudantes da rede pública de ensino: contribuição para**

o cuidado. Revista Fund Care Online, v. 11, n. 5, p. 1208-1212, out.-dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2019.v11i5.1208-1212>. Acesso em: 2 jun. 2025.

LARA, Maristela Oliveira; LIMA, Renata Caroline Ribeiro; SANTOS, Luciana Angélica Vieira; ROCHA, André Freire; ROCHA, Euza Mara; RIBEIRO, Gabriela de Cássia. **Aspectos sociodemográficos, história sexual reprodutiva e conhecimento contraceptivo de puérperas adolescentes e adultas.** Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, v. 8, 2018. <https://doi.org/10.19175/recom.v8i0.2845>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MOLINA, Mariane Cristina Carlucci; STOPPIGLIA, Patrícia Grazieli Silverio; MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; ALENCASTRO, Lidiane Cristina da Silva. **Conhecimento de adolescentes do ensino médio quanto aos métodos contraceptivos.** Cuiabá: Mundo Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/periodicos/mundo_saude_artigos/Conhecimento_adolescentes_ensino.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

NASCIMENTO, Thiago Luis Cardoso; TEIXEIRA, Camila Silveira Silva; ANJOS, Marília Santos dos. **Fatores associados à variação espacial da gravidez na adolescência no Brasil, 2014:** estudo ecológico de agregados espaciais. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 30, n. 1, p. e201953, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742021000100003>. Acesso em: 2 jun. 2025.

NEVES, Rosália Garcia; WENDT, Andrea; FLORES, Thaynã Ramos; COSTA, Caroline dos Santos; COSTA, Francine dos Santos; TOVO-RODRIGUES, Luciana et al. **Simultaneidade de comportamentos de risco para infecções sexualmente transmissíveis em adolescentes brasileiros, 2012.** Brasília: Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 26, n. 3, p. 443-454, set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/s1679-49742017000300003>. Acesso em: 2 jun. 2025.

SFAIR, Sara Caram; BITTAR, Marisa; LOPES, Roseli Esquerdo. **Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais.** 1. ed. São Paulo: Saúde e Sociedade, v.24, n.2, p.620-632, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000200018>. Acesso em: 2 jun. 2025.

Esta publicação deverá ser citada da seguinte forma:

SILVA, A. O. da; ARAÚJO, L. A. da S; ROSA, J. I. da; TASSO, S. M; CARLOS, B. L. EDUCAÇÃO E SAÚDE: Conhecimento de Adolescentes sobre dupla prevenção para ISTs e gravidez. **Revista DisSol – Discurso, Sociedade e Linguagem**, Pouso Alegre/MG, ano 10, n.º 23, jan-jun/2025, p. 274-288.